



Entidade: Fundação Educacional Barriga Verde – FEBAVE

**PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA
FUNDO ESPECIAL PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA
EDITAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2019**

PROVA CONSELHEIRO TUTELAR – CMDCA

Data da Prova: 28/07/2019

QUESTÕES DE INFORMÁTICA

(01 A 05)

1 – E-mail é um sistema de comunicação baseado no envio e recebimento de mensagens eletrônicas através de computadores pela Internet. Qual alternativa abaixo apresenta um endereço de e-mail correto?

- A. maria@gmail.com
- B. maria.gmail.com.br
- C. www.maria.gmail.com
- D. www.maria.gmail.com.br

2 – Qual combinação de teclas abaixo, poderá ser utilizada para recortar um texto no Microsoft Word 2013 em português?

Assinale a alternativa correta:

- A. Ctrl + C
- B. Ctrl + V
- C. Ctrl + X
- D. Ctrl + R

3 – Qual o termo usado para se referir aos e-mails não solicitados, que geralmente são enviados para um grande número de pessoas.

Assinale a alternativa correta:

- A. SPAM
- B. FTP
- C. WWW
- D. COOKIES



Entidade: Fundação Educacional Barriga Verde – FEBAVE

4 – Qual alternativa abaixo significa transferir um ou mais arquivos de um servidor remoto para um computador local?

Assinale a alternativa correta:

- A. Upload
 - B. Download
 - C. Upgrade
 - D. Default
-

5 – No Microsoft Word 2013 em português se um usuário desejar inserir um cabeçalho ou um rodapé, qual aba deverá ser selecionada?

Assinale a alternativa correta:

- A. Inserir
 - B. Layout
 - C. Animações
 - D. Design
-

QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONSELHEIRO TUTELAR – CMDCA

(06 a 20)

6 - O CONANDA é um órgão vinculado ao Ministério da Justiça que formula as diretrizes políticas voltadas para a criança e o adolescente no país. Foi criado em 1991, como exigência do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Com base no disposto nas resoluções do CONANDA, assinale a alternativa incorreta:

- A. É legítimo o exercício das atribuições inerentes ao Conselho Tutelar por pessoas estranhas ao órgão ou que não tenham sido escolhidas pela comunidade no processo democrático a que alude o Capítulo II desta Resolução, sendo nulos os atos por elas praticados.
- B. O exercício da autonomia do Conselho Tutelar não isenta seu membro de responder pelas obrigações funcionais e administrativas junto ao órgão ao qual está vinculado, conforme previsão legal.
- C. A atuação do Conselho Tutelar deve ser voltada à solução efetiva e definitiva dos casos atendidos, com o objetivo de desjudicializar, desburocratizar e agilizar o atendimento das crianças e dos adolescentes, ressalvado as disposições previstas na Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990.



Entidade: Fundação Educacional Barriga Verde – FEBAVE

D. No exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar não se subordina ao Conselho Municipal ou do Distrito Federal de Direitos da Criança e do Adolescente, com o qual deve manter uma relação de parceria, essencial ao trabalho conjunto dessas duas instâncias de promoção, proteção, defesa e garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

7 – O conceito de criança e adolescente, visando auxiliar na compreensão de que a infância e adolescência é uma fase de desenvolvimento que tanto deve ser desfrutada por todas as crianças e adolescentes, quanto respeitada por todos. Referente aos direitos fundamentais da criança e do adolescente previstos na Lei Nº 8.069/1990, Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, pode-se afirmar que? Assinale a alternativa incorreta:

- A. É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, inclusive na condição de aprendiz;
 - B. Atendimento em creche e pré-escola à crianças de zero a cinco anos de idade.
 - C. Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito.
 - D. É facultativa a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitária.
-

8 – Constatamos que em nosso cotidiano enormes preocupações com as violências que ocorrem em vários espaços de convivência social, envolvendo pessoas e instituições em diferentes situações. Tendo em vista a atividade desenvolvida com educadores em instituição de ensino, segundo a Lei Nº 8.069/1990, Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA os dirigentes de escola de ensino fundamental devem comunicar ao Conselho Tutelar da Região os casos de:

Assinale a alternativa correta:

- A. Faltas de qualquer natureza dos alunos.
 - B. Punições disciplinares aplicadas aos alunos.
 - C. Falta de professor para ministrar qualquer disciplina.
 - D. Elevados níveis de repetência.
-

9 – Crianças e Adolescentes em conflito com a Lei, chama atenção de uma grande parcela da sociedade e pesquisadores de várias áreas. Nesse contexto, a família, a sociedade e o Estado têm papel indiscutível na vida das crianças e adolescentes, principalmente na sua formação como indivíduo que faz parte do meio social, pois cada fase do desenvolvimento requer atenção. Tomando por base as disposições trazidas pela Lei Nº 8.069/1990, Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, com relação à apuração de ato infracional praticado por adolescente, pode-se afirmar que:

- A. Se a autoridade policial que receber a ocorrência entender não ser caso de apreensão do adolescente em flagrante, mas ainda houver indícios de sua participação na prática de ato



Entidade: Fundação Educacional Barriga Verde – FEBAVE

infracional, fará ela o encaminhamento de relatório de investigação e demais documentos ao representante do Ministério Público.

B. Em caso de não liberação do adolescente acusado da prática de ato infracional, a autoridade policial o encaminhará ao representante do Ministério Público e, em não sendo possível a apresentação imediata e não houver entidade de atendimento na região a recebê-lo, o mesmo permanecerá na repartição policial em local apropriado e separado dos demais, no período máximo de uma semana.

C. Em caso de flagrante por ato infracional não cometido com violência ou grave ameaça à pessoa, a autoridade policial deverá lavrar auto de apreensão em flagrante, não podendo substituí-lo por registro de boletim de ocorrência circunstanciado, remetendo-o à autoridade competente.

D. Em caso de apreensão em flagrante envolvendo co-autoria entre adolescente e maior, mesmo onde houver repartição policial especializada para atendimento do primeiro, prevalecerá a repartição policial comum, haja vista que, nesse caso, deverá ser lavrado o auto de prisão em flagrante delito.

10 - Na aplicação efetiva dos Direitos Humanos, a realidade não é modificada somente pela espécie normativa, que é a lei, porém a lei indica ao cidadão os caminhos que deve seguir e também orienta a sociedade dos seus direitos a partir da obrigatoriedade dela própria.

Sobre os direitos individuais da criança e do adolescente - ECA, o Estatuto dispõe:

Assinale (V) Verdadeiro e (F) Falso:

- () Nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente.
- () O adolescente tem direito à identificação dos responsáveis pela sua apreensão, devendo ser informado acerca de seus direitos.
- () A apreensão de qualquer adolescente e o local onde se encontra recolhido serão incontinenti comunicados à autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada.
- () Examinar-se-á, desde logo e sob pena de responsabilidade, a possibilidade de liberação imediata e a internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de trinta dias.
- () O adolescente civilmente identificado não será submetido a identificação compulsória pelos órgãos policiais, de proteção e judiciais, salvo para efeito de confrontação, havendo dúvida fundada.

Assinale a alternativa com a sequência respectivamente correta:

- A. V – F – V – F – V.
- B. V – V – V – F – V.
- C. F – V – V – V – F.
- D. V – V – V – V – V.



11 – O princípio da dignidade da pessoa humana é bastante amplo e requer outras observações que se exigem nos dias de hoje, como por exemplo: a capacidade de conviver e respeitar as diferentes formas de inserção sociopolítica, cultural, artística, econômica e a cidadania, como resultado da plena formação do sujeito, ou seja, a formação ética, estética, política, cultural e cognitiva.

Analise as afirmações abaixo sobre as disposições do ECA, e assinale a alternativa correta:

- I. A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 2 (dois) anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.
- II. O poder familiar será exercido, preferencialmente pelo pai, assegurado à mãe o direito de, em caso de discordância, recorrer à autoridade judiciária competente para a solução da divergência.
- III. A perda e a suspensão do poder familiar serão decretadas judicialmente, em procedimento contraditório, nos casos previstos na legislação civil, bem como na hipótese de descumprimento injustificado dos deveres e obrigações a que alude o art. 22 (... o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais.)

Assinale a alternativa correta:

- A. I e II apenas
- B. I e III, apenas
- C. II e III, apenas
- D. I, II e III, apenas.

12 - Sara, Lilian e Joaquim resolveram mover ação de indenização por danos morais contra um jornal de grande circulação. Eles argumentam que o jornal, ao noticiar que o filho dos autores da ação fora morto em confronto com policiais militares, em 21/01/2015, publicou o nome completo do menor e sua foto sem a tarja preta nos olhos, o que caracteriza afronta aos artigos 17, 18, 143 e 247 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Esses artigos do ECA proíbem a divulgação da imagem e da identidade de menor envolvido em ato infracional.

Diante dos fatos narrados, assinale a afirmativa correta.

- A. O jornal agiu com abuso no direito de informar e deve indenizar pelos danos causados.
- B. O jornal não incorreu em ilícito, pois pode divulgar a imagem de pessoa suspeita da prática de crime.
- C. Restou caracterizado o ilícito, mas, tratando-se de estado de emergência, não há indenização de danos.
- D. Não houve abuso do direito ante a absoluta liberdade de expressão do jornal noticiante.



13 – Considerar a proteção da criança e do adolescente, também é pensar na garantia dos direitos humanos de uma pessoa em situação peculiar de desenvolvimento que tem seus direitos rompidos da proteção em momentos de extrema fragilidade.

Assinale a opção que indica medidas de proteção à criança e ao adolescente prevista no ECA e aplicável quando os direitos reconhecidos desse grupo social, forem ameaçados ou violados.

- A. Colocação da criança ou do adolescente em família substituta.
- B. Intervenção mínima.
- C. Obrigação de reparar o dano.
- D. Internação da criança ou do adolescente em estabelecimento educacional.

14 - Sobre as medidas de proteção a criança e ao adolescente, designando-as como meio de garantir punição aos responsáveis de terem ameaçado ou violado os direitos existentes no ECA e de garantir as ações protetivas para as crianças que sofreram tais violações. São asseguradas a criança e ao adolescente, entre outras, as seguintes garantias processuais:

Assinale a alternativa correta:

- A. Pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, mediante intimação.
- B. Direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente.
- C. Defesa técnica pelo Conselho Tutelar.
- D. Igualdade na relação processual, não podendo, no entanto, confrontar-se com vítimas ou testemunhas.

15 - Uma nova edição do ECA – Estatuto da Criança e adolescente, foi lançado no ano de 2019, contendo alterações na legislação. O ECA, portanto, está mantido sem mudanças em seus princípios, porém, novos pontos foram modificados. Assinale a alternativa abaixo, que se encontra incorreta, em relação as mudanças ocorridas no ECA:

- A. A instituição da Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, na Lei Nº 13.798, de 3 de janeiro de 2019.
- B. A criação do Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas - na Lei Nº 13.812, de 16 de março 2019.
- C. A mudança na idade mínima para que uma criança ou adolescente possa viajar sem os pais ou responsáveis e sem autorização judicial, passando de 12 para 14 anos - na Lei nº 13.812, de 16 de março 2019.
- D. A mudança na lei sobre a reeleição dos conselheiros tutelares, que agora podem ser reeleitos por vários mandatos consecutivos, em vez de apenas uma vez - Lei Nº 13.824, de 9 de maio 2019.



Entidade: Fundação Educacional Barriga Verde – FEBAVE

16 - Para o exercício de suas obrigações, o membro do Conselho Tutelar poderá ingressar e transitar livremente, em:

Assinale a alternativa correta:

- A. Salas de sessões do Conselho Municipal ou do Distrito Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
 - B. Salas e dependências das delegacias e demais órgãos de segurança pública.
 - C. Qualquer recinto público ou privado no qual se encontrem crianças e adolescentes, ressalvada a garantia constitucional de inviolabilidade de domicílio.
 - D. Todas alternativas estão corretas.
-

17 - Quando se lança um olhar para o conjunto populacional brasileiro, no intuito de comparar as situações das crianças e adolescente com as demais faixas etárias, nota-se que formam um grupo que sofre de forma mais intensa o impacto de vulnerabilidades em algumas situações e atos no contexto social. As condutas descritas, hipoteticamente, como crime e contravenção penal são consideradas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, como:

- A. Ato irregular.
 - B. Crime ou contravenção de menor potencial ofensivo.
 - C. Ato infracional.
 - D. Ato ilícito.
-

18 - Com relação aos Atos Infracionais previstos na Lei Nº 8.069/1990, Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, é correto afirmar que:

- A. O adolescente que for surpreendido em flagrante de ato infracional será privado de sua liberdade por ordem escrita e fundamentada do Delegado de Polícia.
 - B. A advertência consistirá em admoestação verbal, aplicada exclusivamente à criança, e reduzida a termo.
 - C. Somente o adolescente poderá cometer ato infracional, pois a criança possui proteção diferenciada no Estatuto.
 - D. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente a prestação de serviços à comunidade.
-



Entidade: Fundação Educacional Barriga Verde – FEBAVE

19 – O Conselho Tutelar é o órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

A respeito desse órgão, é correto afirmar que:

- A. Em cada município haverá, no mínimo, um conselho tutelar como órgão da administração pública, composto por seis membros escolhidos pela população, com mandato de quatro anos, não permitida a recondução;
- B. Poderá ser eleito como membro do conselho tutelar quem for reconhecido como moralmente idôneo, que possua idade superior a vinte e um anos e resida no município onde exercerá suas atividades;
- C. São considerados suspeitos de servir no mesmo conselho tutelar: marido e mulher, ascendentes, descendentes, sogro e nora;
- D. A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia primeiro de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

20 – Tratar crianças e adolescentes como sujeitos de direitos significa que eles são pessoas em formação de personalidade, de integridade física, social, moral e que estes aspectos são fundamentais para o seu desenvolvimento humano. Assim sendo, criança e o adolescente têm direito de participar da vida política, na forma da lei, bem como brincar, praticar esportes e divertir-se, como aspectos compreendidos no direito de:

Assinale a alternativa correta:

- A. Cidadania.
 - B. Propriedade.
 - C. Dignidade.
 - D. Liberdade.
-



Entidade: Fundação Educacional Barriga Verde – FEBAVE